

# Agenda do Iedi insiste nas reformas

“Sem reforma, não será possível repetir as taxas de crescimento nos setores líderes”

Nivaldo T. Manzano  
de São Paulo

Uma agenda de política econômica para 2005 deve incluir, entre outras, as seguintes medidas: primeira, incentivo ao investimento mediante a redução da taxa de juros e do custo dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), menor custo tributário do investimento e melhoria na regulamentação e na atração de investimentos em infra-estrutura; segunda, reformas tendo em vista, especialmente, a redução da informalidade e da carga tributária; e, terceira, política cambial comprometida com assegurar rentabilidade aos setores de exportação e reforçar as reservas internacionais. Essas são as sugestões do Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial (Iedi), divulgadas na “Carta do Iedi”, de 28 de janeiro.

Neste ano, diz o estudo, certamente não será possível repetir as taxas de crescimento nos segmentos líderes da indústria em 2004, mas há espaço para que ocorram novas elevações na demanda de bens duráveis e bens de investimento. “Ainda há consumo reprimido, e as vendas a crédito podem ser ampliadas se as altas taxas cobradas ao consumidor forem reduzidas”.

Quanto ao investimento, o Iedi enfatiza que a modalidade que reagiu aos estímulos da recuperação de 2004 e ao retorno de uma maior confiança empresarial foi o investimento “leve”, especialmente o investimento associado a ampliações marginais de capacidade para adequar a capacidade produtiva ao crescimento corrente da produção, ou a processos de modernização do maquinário e das instalações. Teria sido em ra-

ção dessas inversões que a produtividade da indústria cresceu bastante no ano passado, já que no período janeiro/novembro desse ano, a produção industrial por hora trabalhada no setor aumentou em 6,3%.

No entanto, observa o Iedi, os grandes projetos e inversões de maior alcance, como a construção de novas unidades produtivas, não ocorreram em 2004, embora projetos de grande porte tenham sido anunciados e muitos pedidos de apoio financeiro tenham sido encaminhados ao BNDES, numa indicação de que há disposição de investir, à espera de sinais mais firmes de sustentabilidade do crescimento.

“Um cenário mais favorável em termos de rentabilidade e geração de caixa das empresas, como o que se apresentou nos dois últimos anos (2003 e 2004), e melhorias na regulamentação dos investimentos em infra-estrutura, além da aprovação dos projetos de PPP em fins de 2004, são outros ingredientes que permitem nutrir a expectativa de que os investimentos em grandes projetos na infra-estrutura e em novas plantas industriais venham a deslanchar em 2005, caso não seja revertida a perspectiva de crescimento”, observa o Iedi.

As atuais intenções de investir podem não concretizar-se — adverte a instituição —, caso prevaleça o desestímulo aos investimentos produtivos, promovido pela política de aumento das taxas de juros empreendida desde setembro de 2004. A prevalecer a continuidade dessa política, o que se põe em jogo não é tanto a perda de alguns pontos no crescimento de curto prazo, mas, sim a perda de uma oportunidade ímpar para a realização de inves-

timentos relevantes e para a ampliação da taxa de investimentos na economia, afirma o Iedi.

A despeito de a taxa de investimento ter acusado melhoria entre 2003 e 2004 (passando de cerca de 18% para perto de 20%, segundo estimativas), está ainda muito aquém da que se faz necessária para amparar um crescimento de maior fôlego e sustentação, prossegue o Iedi.

A retomada dos investimentos é vista pela instituição também como uma condição para a remoção dos estrangulamentos produtivos com que a indústria se defronta. “Não se apresenta e não se apresentará em 2005 uma situação de excesso de demanda agregada ou um contexto generalizado de insuficiência de resposta da produção com respeito ao aumento da demanda agregada. Como os dados disponíveis de utilização de capacidade instalada sugerem, os estrangulamentos existentes são localizados em setores cujos investimentos foram postergados no longo período de aguda instabilidade da economia, entre 1999 e 2003”. Entre os casos mais flagrantes, são mencionados a infra-estrutura, a logística e a indústria de base, setores nos quais é mais flagrante o problema de limitação de capacidade.

No plano da indústria, as estatísticas da CNI indicam uma utilização média de capacidade de produção industrial de 83%; e, segundo dados da FGV referentes a janeiro de 2005, é de 83,6% a utilização de capacidade na indústria de transformação, sendo que em segmentos de bens de consumo a margem de ociosidade é maior.

“Em outras palavras”, diz o Iedi, “do nosso ponto de vista os problemas relativos ao estreitamento da

capacidade da oferta não foram a razão para que a inflação de 2004 (7,6%, medida pelo IPCA) tenha superado a meta central fixada pelo governo em 5,5%, nem constituirão um fator de ameaça à obtenção da meta de 2005 (meta original de 4,5%, ampliada para 5,1% pelo Banco Central)”. Tal ameaça pode converter-se em realidade se houver um bloqueio na realização dos investimentos em condições de prosseguimento da elevação do consumo”, adverte a Carta do Iedi.

Por considerar muito ambiciosas, o Iedi recomenda uma revisão do sistema de metas de inflação, tendo em vista

dotá-lo de uma maior flexibilidade. “Quanto ao nível inflacionário do corrente ano, este continuará pressionado como o foi em anos anteriores pelos preços indexados, fator que continuará ditando uma estreita margem de variação para os chamados preços livres”.

Quanto às reformas, o Iedi enfatiza a urgência da trabalhista e da tributária. No primeiro caso, o objetivo é contribuir para a redução dos encargos que recaem sobre a folha de pagamentos e, assim, reverter pelo menos em parte o grande avanço da informalidade, que “já compromete seriamente o que resta de trabalho e de empresas na formalidade, como no comércio varejista e na indústria têxtil e de vestuário”.

Quanto à reforma tributária, “já não basta encaminhar velhos temas, como a unificação do ICMS, o fim da guerra fiscal ou a solução do problema dos créditos de ICMS acumulados na exportação. É preciso ir além e avançar em propostas como a criação do IVA (em substituição aos impostos e contribuições indiretos dos três níveis de governo).

“Vendas a  
crédito podem  
ser ampliadas se  
taxas cobradas  
ao consumidor  
forem reduzidas”

“Há espaço para  
que ocorram  
novas elevações  
na demanda de  
bens duráveis e  
de investimento”